

Proletários de todos os Países: UNI-VOS!



# O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P. C. P.

## Contra a Inércia e a Rotina no Movimento Democrático

Errado é supor que o governo de Salazar virá a convencer-se da inutilidade da sua resistência à vontade da nação e acabará por abandonar voluntariamente o poder. É o povo português, são as forças anti-fascistas, que têm de libertar Portugal da barbárie fascista. Como? Mantendo, alargando e fortalecendo a sua unidade e chamando amplas camadas da população à luta pelas liberdades democráticas e por reivindicações políticas imediatas.

Algumas manifestações e assembleias comemorativas (5 de outubro, 30 de novembro na "Voz do Operário", funeral de Abel Salazar, entre as mais recentes) são importantes acções anti-fascistas e têm contribuído poderosamente para o alargamento e fortalecimento da unidade, para defesa da legalidade do MUD e para obrigar o salazarismo a recuar. Mas a essas acções limitadas às principais cidades e realizando-se de longe em longe, devem suceder pequenas e grandes acções por todo o país, multiplicando-se e coordenando-se. O MUD NÃO DEVE LIMITAR-SE A COMEMORAÇÕES E SESSÕES SOLENES EM LISBOA E MAIS ALGUMAS CIDADES, REALIZANDO-SE DE LONGE EM LONGE, AINDA QUE ISSO SEJA MUITO UTIL, NECESSÁRIO E POSITIVO. É NECESSÁRIO VENCER A INÉRCIA E A ROTINA DA MAIORIA DOS ORGANISMOS DO MUD; É NECESSÁRIO CRIAR UMA VERDADEIRA ORGANIZAÇÃO NACIONAL DO MUD E QUE ESSA ORGANIZAÇÃO SEJA ATUANTE.

HÁ dirigentes distritais e concejais do MUD que se opõem à formação de

Comissões de Trabalhadores e outras comissões "de base", invocando perigos imaginários e chegando até a afirmar que essa não é a orientação do MUD. Tais

resistências à constituição duma organização nacional e ampla do MUD devem ser combatidas POR CIMA e POR BAIXO. Seria da maior conveniência que todos os organismos com tarefas de direcção do MUD, elaborassem materiais e dessem instruções no sentido de multiplicar a formação de COMISSÕES DE BASE, nas fábricas, empresas, escritórios, associações, aldeias, bairros, etc. EM CADA SECTOR, cabe aos comunistas e elementos mais progressivos lutar para vencerem, no seu sector, as resistências dos elementos vacilantes, comodistas e, muito particularmente, putchistas, e LEVAREM POR DIANTE A CRIAÇÃO DUMA AMPLA ORGANIZAÇÃO DO MUD.

A constituição de organismos não resolve entretanto, por si só, o problema da criação dum grande movimento nacional. Para isto é preciso que esses organismos (as comissões do MUD) se tornem organismos actuaes. Como? Levando a cabo acções concretas, apoiando os trabalhos positivos dos organismos dirigentes, tomando iniciativas em defesa das liberdades, e da unidade dos democratas ajudando os presos políticos, etc.

Alguns exemplos mostram as possibilidades de levar a cabo lutas políticas parciais:

Antes do último Natal, a Comissão de Assistência do MUD lançou directrizes para angariar solidariedade para os presos para ser enviada no Natal. Que fez a maioria das comissões do MUD? Praticamente nada. E entretanto havia amplas possibilidades legais de, numa tal campanha, interessar muitas camadas da população, organizar colheitas de donativos e festas, fazer reclamações para a libertação dos presos políticos etc.

Segundo exemplo: Há um ano, o M-

UD lançou a palavra de ordem da in-  
crição no recenseamento eleitoral, o  
mesmo fizeram todas as forças demo-  
cráticas. Que fez a maioria das comis-  
sões do MUD? Duma forma geral, mui-  
to pouco. E, entretanto, havia amplas  
possibilidades de mobilizar massas pa-  
ra acorrerem ao recenseamento, criar  
em toda a parte locais onde isso fosse  
facilitado aos democratas, fazer recla-  
mações de massas sempre que os fas-  
cistas levantassem dificuldades, etc.

Terceiro exemplo: O governo des-  
mascarou uma vez mais o seu caracter  
fascista com a forma como efectuou o re-  
censeamento de 1946. Qual a orienta-  
ção justa em relação ao recenseamento  
de 1947? Que os democratas exijam u-  
ma nova lei eleitoral e a participação  
de representantes da oposição (desi-  
gnados pelo MUD) nas comissões de re-  
censeamento. E isto significa que to-  
das as comissões do MUD devem, nos  
seus respectivos sectores, apresentar  
essas reclamações. Significa que se de-  
vem formar Amplas Comissões Distri-  
tais, de região, locais, de empresa, etc,  
que apresentem junto das autoridades  
(fazendo-se acompanhar pelo maior nú-  
mero de democratas) as reclamações  
fundamentais. Isto em toda a parte, de  
norte a sul do país.

Estes exemplos, que se podiam mul-  
tiplicar, mostram as possibilidades de  
levar a cabo lutas políticas parciais.

Os recuos do fascismo não devem al-  
imentar ideias ingénuas, mas sim a-  
nimar toda a organização do MUD a no-  
vos empreendimentos. Não deixar que  
o governo retome a ofensiva. Insistir,  
agrar as hesitações do inimigo, enfra-  
quecê-lo, arrancar-lhe novas concessões.  
É isto fundamentalmente por acções de  
massas. Ainda há opiniões de que o  
salazarismo "está a cair de pôdre" e  
que, com mais umas reuniões e discurs-  
os de individualidades, o governo ter-  
rá que ceder. O nosso dever é mostrar  
como os pequenos e hesitantes recuos  
do fascismo são um produto da acção  
nacional, desvendar a disposição do fas-  
cismo em se manter no poder, preve-  
nir sobre as possíveis manobras do fas-  
cismo, alertar para a existência (por ve-  
zes quasi esquecida) dum aparelho re-  
pressivo e duma máquina militar com-  
mandados por fascistas inimigos do po-  
vo, e indicar assim que só pela luta se  
poderão conquistar para Portugal as  
liberdades fundamentais. Não é um

caminho fácil que a facção tem diante  
de si! Para varrer o fascismo do po-  
der, são necessários vigor, persistência,  
abnegação, sacrificios.

Ainda é grande a resistência ao en-  
caminhamento do MUD no sentido de  
acções de massas. Isso é por um lado,  
como vimos, a consequência de incom-  
preensões de muitos democratas e de al-  
guns organismos dirigentes do MUD.  
Mas é também a consequência das IN-  
COMPREENSÕES E DÉBIL ACTIVI-  
DADE DAS ORGANIZAÇÕES DO PAR-  
TIDO QUANTO AO TRABALHO DE  
UNIDADE NACIONAL. As nossas or-  
ganizações não compreenderam que a  
organização de comissões do MUD, o  
reforço da unidade democrática, o de-  
sencadeamento de lutas políticas par-  
ciais, não são tarefas cuja iniciativa cai-  
ba exclusivamente ao próprio MUD.  
As nossas organizações ainda não com-  
preenderam que para alargar e fortale-  
cer o movimento de unidade demo-  
crática é necessário alargar cada vez  
mais a unidade anti-fascista, dar vida  
e multiplicar os Comités de Unidade  
Nacional. Essas são tarefas de todas as  
organizações e membros do nosso Par-  
tido.

A verdade é que a maioria das or-  
ganizações do Partido continua desin-  
teressada da actividade corrente do M-  
UD, não discute sistematicamente a ac-  
tuação do MUD, não organiza constan-  
temente novas Comissões do MUD, não  
conduz estas comissões no sentido duma  
imediate e persistente actividade  
de massas. Querê dizer não discute nas  
suas reuniões os problemas da Unida-  
de Nacional.

Vencer a inércia e a rotina no movi-  
mento democrático significa vencer as  
tendências erradas dominantes em mu-  
ltos sectores anti-fascistas e lutar con-  
tra o "receio das massas" ainda exis-  
tente em muitos organismos de direc-  
ção do MUD. Mas significa também  
LUTAR DENTRO DO PARTIDO CON-  
TRA O DESINTERESSE DAS NOS-  
SAS ORGANIZAÇÕES E CAMARA-  
DAS NO QUE RESPEITA AO MOVI-  
MENTO DE UNIDADE DEMOCRÁTI-  
CA e a todo o trabalho legal e ilegal  
de unidade anti-fascista.

As organizações do Partido devem  
discutir sistematicamente o movimento  
democrático, a actuação do MUD. De-  
vem estudar iniciativas de lutas políti-  
cas no respectivo sector. Devem for-



mar comissões do MUD em toda a parte onde haja organizações do Partido. Devem exercer influência dentro das comissões do MUD no sentido de as levar a acções políticas imediatas e lutas políticas parciais. As nossas organi-

zações devm ser as dinamizadoras do movimento anti-fascista português.

Só com estas condições, conseguiremos varrer a inércia e a rotina do movimento democrático e encaminhá-lo para a vitória.



## O MOVIMENTO CORTICEIRO

### E as Lutas Reivindicativas no Presente Momento

Já há muito que vimos chamando a atenção dos nossos camaradas para a evolução que as lutas reivindicativas vêm tomando. De lutas espontâneas e locais à base de oficina e empresa, elas estão tomando carácter cada vez mais organizado e mais amplo, abrangendo já nalgumas regiões todos os trabalhadores da mesma indústria—caso da greve dos operários de lanifícios da Serra da Estrela e a movimentação recente dos operários da indústria corticeira que forçaram a saída do novo despacho com o aumento dos salários.

Isto indica—como temos afirmado—que na actual situação, com o agravamento constante do custo de vida (pois o salazarismo continua a mostrar-se impotente para impedir esse agravamento) e com o descontentamento crescente das massas trabalhadoras as lutas reivindicativas tomarão uma amplitude cada vez maior se as soubermos bem orientar, podendo mesmo transformarem-se numa verdadeira luta política contra o regime salazarista, por isso, torna-se necessário a análise de cada luta, afim de tirarmos de cada uma os ensinamentos que nos dão para lutas futuras.

Vamos neste artigo analisar alguns aspectos da luta que os operários corticeiros vieram empreendendo há alguns meses, com vistas à publicação dum novo despacho que desse satisfação às suas reivindicações.

Esta luta assinalou um grande progresso sobre as lutas anteriores e abriu caminho a uma melhor condução em lutas futuras. Os operários corticeiros souberam aproveitar as experiências das lutas que vêm travando nestes últimos anos e mostraram como é possível forçar o patronato e o estado fascista ao aumento dos seus salários à escala nacional e de como é necessário

nalgumas indústrias, sair-se do âmbito, estreito da impreza e mesmo da localidade ou região.

Nas condições presentes dadas da indústria corticeira uma questão se impunha: levar o patronato a aumentar os salários forçando ao mesmo tempo o Instituto Nacional do Trabalho à publicação dum novo despacho mais justo e humano para os trabalhadores. Mas os operários corticeiros compreenderam, e muito bem, que isso só era possível na medida em que encaminhassem a luta no sentido de a alargarem a todas as empresas e a todas as regiões.

A formação de comissões operárias em todas as empresas apoiadas por amplas concentrações operárias que com idas frequentes junto dos respectivos sindicatos exigiam a modificação do Contrato Colectivo de Trabalho, forçando as direcções dos sindicatos a tomarem providências, foi o primeiro passo decidido no caminho da sua vitória. Sob esta pressão constante, as direcções vieram-se obrigadas a convocarem uma reunião de delegados das direcções sindicais com representantes das comissões operárias onde foi elaborada a base das reivindicações dos operários. Esta proposta base foi apresentada ao Sub-Secretário das Corporações perante a pressão das massas foi obrigado a fazer promessas conquanto acompanhadas de ameaças.

Mas o estado fascista não estava disposto a ceder e esperava com as ameaças o retardamento da publicação do despacho levar os operários ao desânimo e ao fracasso. Mas os trabalhadores corticeiros não desanimaram e encetaram nova luta.

Os patrões, que anteriormente justificavam a sua recusa com o despacho do Sub-Secretário, precionados pela lu-

ta decidida dos trabalhadores por intermédio das comissões, concentrações em massas e nalguns casos com a paralização temporária do trabalho, foram obrigados a cederem tendo que aumentar os salários enquanto o Sub-Secretário não publicava o despacho.

O Sub-Secretário vendo-se ultrapassado pela luta vitoriosa dos trabalhadores corticeiros foi obrigado a apressar a publicação do despacho que, embora não a satisfizesse totalmente, as reivindicações dos operários representa uma vitória para a classe corticeira.

Esta vitória mostra-nos que é possível lutar eficazmente pelo aumento de salários dentro duma indústria à escala nacional e como é possível utilizar a luta junto dos sindicatos nacionais ligando-a com a luta na empresa com a formação das comissões de unidade dos trabalhadores apoiadas por concentrações. Mostra-nos que muitas vezes é necessário voltar a formas de luta que anteriormente se tinham mostrado insuficientes em determinado mo-

mento da luta.

Mas a luta dos valentes corticeiros ainda não terminou. Em todas as oficinas e empresas, os operários corticeiros devem tornar permanente as suas comissões de unidade, levá-las a lutas junto dos patrões para que cumpram o despacho. Ao mesmo tempo, as massas acompanhadas pelas suas comissões devem pressionar as direcções sindicais a realizar nos sindicatos assembleias onde seja analisado e discutido o despacho.

A luta dos operários corticeiros deve continuar até que as suas reivindicações sejam completamente satisfeitas. As nossas organizações devem trabalhar no sentido de levar as várias camadas populares a interessar-se pelas lutas dos trabalhadores, sobretudo quando elas adquirem o carácter amplo como a da classe corticeira.

As experiências do movimento corticeiro devem ser aproveitadas em futuras lutas.

## ALGUMAS INCOMPREENSÕES SOBRE O MOVIMENTO JUVENIL

Entre as resoluções tomadas no 2º Congresso Ilegal do Partido faz parte a dissolução da Federação das Juventudes Comunistas E A CRIAÇÃO DUM AMPLO MOVIMENTO JUVENIL DE MASSAS. Quais foram as principais causas desta resolução? Elas estão, no fundamentalmente, assimiladas no informe de organização do camarada Duarte e no nº 40 (III série) do "MILITANTE". Quanto à necessidade de criação dum amplo movimento juvenil de massas não há qualquer incompreensão (parece) da parte dos nossos camaradas, mas o mesmo não se deu quanto à dissolução da Federação. Neste ponto têm surgido incompreensões não só entre os jovens comunistas, mas também entre os próprios elementos do Partido.

As causas fundamentais dessa incompreensão estão no facto de se ter dissolvido a Federação e os jovens comunistas terem ficado sem o contacto estreito e ilegal que vinham mantendo com os organismos do Partido. Objeccionam estes camaradas que, a continuar assim, esses jovens ficarão sem a orientação do Partido, que não receberão a sua imprensa com regularidade etc., o que acabará por afastar o próprio

movimento juvenil da influência do Partido. Serão justas estas objeções? Não são justas. Uma das coisas que foi assinalada no nosso 2º Congresso foi a necessidade de todo o militante do Partido auxiliar os comunistas jovens e interessar-se por todo o movimento juvenil. Este auxílio e interesse pelo movimento juvenil quer dizer que, os elementos do Partido (pelo facto de se ter dissolvido a Federação) não devem abandonar esses jovens, pelo contrário, devem auxiliá-los ainda mais do que vinham auxiliando até à altura do Congresso. O nosso camarada Duarte assinala com toda a justeza no seu informe quando diz: "Não devemos querer trazer os jovens mais conscientes para um organismo ilegal, para organismos com a missão dum recrutamento e agitação ilegais, mas, ao contrário, queremos que esses jovens estejam lá onde está a juventude e consagrem todos os seus esforços e energias ao desenvolvimento dos movimentos e organizações legais da juventude". Quer isto dizer? Quer dizer que, todas as organizações e elementos do Partido devem prestar um auxílio constante e eficaz ao movimento juvenil, particularmente aos jovens comunistas, orien-



tando todo o movimento para formas legais de actuação, onde a juventude possa lutar e defender todas as suas aspirações, onde possa dar expansão aos seus anseios juvenis.

Ora, para que os elementos do Partido prestem esse auxílio eficaz ao movimento juvenil torna-se necessário o seu contacto com os próprios jovens e muito em especial com os jovens comunistas. Logo, o facto de ter sido dissolvida a Federação não impõe de forma alguma que o jovem que até à altura da dissolução estava em contacto com qualquer elemento do Partido seja obrigado a pôr de parte esse contacto. O que se impõe não é a rotura desse contacto mas sim a transformação da forma de trabalho que o jovem vinha empreendendo. Por exemplo: em certa empresa havia tres jovens comunistas que tinham reuniões regulares ilegal para a condução do trabalho juvenil e a empresa, e mantinham um contacto também regular com algum elemento do Partido antes da dissolução da Federação. O que é que o 2º Congresso condeçou, foi o contacto desses jovens com o elemento do Partido ou a sua forma ilegal de trabalho? Foi a sua forma ilegal de trabalho.

Objectam ainda alguns camaradas que está tudo muito bem; que compreendem que é justa a resolução do nosso 2º Congresso em dissolver a Federação; que reconhecem que há necessidade de orientar a juventude para um trabalho legal e acabar com todo o sectarismo, etc. Mas perguntam estes camaradas, que organização vai substituir a Federação para orientar a juventude? O nosso 2º Congresso deu uma resposta clara também a este ponto, indicando qual devia ser essa organização — o MUD juvenil. Por intermédio do MUD juvenil poder-se-ão não só manter todos os contactos (que existiam entre os jovens comunistas antes da dissolução da Federação), mas também estreitar ainda mais esses contactos, pois

que estabeleceremos uma forma legal para os mesmos.

Quanto à orientação a imprimir ao próprio MUD juvenil, nós nada devemos recear. Se formos os mais activos e perseverantes defensores e lutadores — como devemos ser — dos princípios que o próprio MUD se propõe, não tenhamos dúvida que imprimiremos ao próprio movimento juvenil, no momento presente uma verdadeira linha marxista-leninista. O que é preciso, portanto, é dar vida ao MUD juvenil, organizando em toda a parte comissões de jovens progressistas que dêem a sua adesão ao MUD juvenil; que apresentem sugestões à Comissão Central do MUD juvenil nas mais variadas formas para a movimentação e organização de toda a juventude progressiva; que exijam da Comissão Central um contacto e assistência mais estreito, etc.

Na medida em que sejamos capazes de movimentar e orientar os jovens neste sentido, podemos estar certos que estamos ao mesmo tempo criando formas de contacto, orientação e organização muito mais amplas entre o Partido e a juventude.

Não nos devemos, por conseguinte, estar a preocupar muito no presente momento com as formas melhores de contacto e organização que devemos empregar, pois o próprio movimento no seu desenvolvimento aos indicará quais as melhores formas de organização e contactos.

Procuremos, pois agrupar a juventude progressiva dentro do MUD juvenil, prestemos-lhe um auxílio mais efectivo do que temos prestado, saibamos estimular a sua iniciativa e autonomia de decisões, e veremos como ela saberá encontrar todas essas melhores formas de contacto e organização que o próprio movimento juvenil requiere.

Esta é que deve ser a preocupação de todo o elemento do Partido no actual momento, no que respeita a juventude.

## ORGANIZAÇÃO CAMPONÊSA

### MOBILIZEMOS OS RANCHOS CAMPONÊSES "BEIRÕES"

Em certas épocas do ano, quando a mão de obra escasseia para os trabalhos intensivos da lavoura no Alentejo e Ribatejo, ranchos de camponeses

e camponeses das Beiras e de outras regiões deslocam-se para essas regiões, contratados para as sementeiras de arroz, mondas e ceifas, ou apanha de azei-

tona. São os gaibeus, caramelos, ratinhos, barrões, bimbos, gambuzinos, ou simplesmente os beirões—nomes por que são conhecidos esses trabalhadores, que constituem uma das mais baixas camadas da população rural e, portanto, uma das mais exploradas.

As suas condições de trabalho são tais, que chegam a sair das suas aldeias, sem preço fixado. Contratados por escrito ou por boca de empregadores pouco escrupulosos, com direito ou não a comedorias e transportes, são instalados em barracões miseráveis ("quartel" ou "casa da malta"), onde vivem meses seguidos, péssimamente alimentados e numa promiscuidade revoltante. Recebem salários de fome, sempre inferiores aos que vigoram nas regiões para onde vão, e daí o motivo porque sofrem ainda a hostilidade dos camponeses dessas regiões, que os perseguem e desprezam. Com justa razão? Não. Os ranchos de "beirões" são vítimas das forças de produção capitalista e da má política agrária do governo. A concorrência que fazem aos trabalhadores alentejanos e ribatejanos é resultante da sua situação de miséria.

Organizar essa massa rural, à base dos seus ranchos. Mobilizá-la para a luta reivindicativa, à base das suas condições de trabalho. Dar-lhe, enfim, um sentido de unidade, uma noção de solidariedade no trabalho, como princípio de consciencialização—é dever, não dela própria, mas dos camponeses mais conscientes do Ribatejo e Alentejo; é tarefa urgente dos quadros responsáveis pelo trabalho político entre os camponeses e das organizações camponesas do Partido.

Presentemente, os ranchos de "beirões" representam uma reserva de forças do patronato, que este pode pôr, e põe, algumas vezes em jogo, tanto contra os grandes movimentos de massas no Alentejo, como contra as pequenas reivindicações nas "praças de trabalho" ribatejanas. Basta aos lavradores contratar por baixo preço alguns ranchos de "beirões", para logo entrarem as reclamações de melhores salários nas alturas de mais trabalho no campo. Há assim uma possibilidade de ruptura na força e unidade de acção das massas camponesas que é preciso eliminar.

As organizações do Partido na Beira

Baixa e Beira Litoral compete, pois: 1º—Estadar as condições de contrato e deslocação dos ranchos, no seu sector.

2º—Estabelecer contactos individuais com esses camponeses e, sobretudo, com aqueles que chefiam os ranchos, mostrando-lhes a exploração de que são vítimas e a necessidade de exigirem: salários iguais ou equivalentes aos que vigoram nas regiões para onde vão trabalhar; comedorias correspondentes ao racionamento reforçado em trabalhos violentos; alojamentos com condições higiénicas (camas em vez de esteiras e tarimbas, cosinha independente do quartel, utensílios para lavagens, etc) e assistência médica, inclusive quininos e arrozais.

3º—Trabalhar para a formação de COMISSÕES DE RANCHOS, uma em cada rancho, composta pelos Homens e mulheres mais respeitados, e tornar essas Comissões capazes de assegurar a unidade e a defesa dos interesses dos ranchos, quer na ocasião dos contratos, quer depois nos locais de trabalho.

4º—Combater por todos os meios o desprezo e aversão contra a estes trabalhadores, divulgando a exploração de que são vítimas.

As organizações do Partido no Alentejo e Ribatejo compete: Em primeiro lugar, esclarecer os camponeses locais sobre a conveniência de não hostilizarem os gaibeus ou ratinhos; pelo contrário: criarem laços de amizade com eles, tendo em vista a unidade de acção da classe camponesa. Em segundo lugar, devem estudar todas as formas possíveis de contactos com elementos mais destacados desses ranchos, com vistas à sua mobilização, desde a simples conversa individual até às pequenas palestras colectivas, sobre as condições de vida camponesa. Finalmente, patrocinar a formação de Comissões de ranchos; fortalecer estas quando já existam; e unificá-las para a luta comum.

São estas as linhas gerais de trabalho a pôr em prática junto dos ranchos de camponeses "beirões", a fim de refrearmos a exploração fascista no campo; a fim de ligarmos mais intimamente o nosso Partido às massas camponesas; a fim de reforçarmos, pela unidade das classes rurais, a unidade nacional anti-fascista.

